

358

GRUPOS PARA HOMENS QUE EXERCEM VIOLÊNCIA CONJUGAL: UM DESAFIO PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL. Michele da Rocha Starosta, Maria de Fátima Casa Nova, Patrícia Krieger Grossi (orient.) (PUCRS).

A violência contra a mulher, ao longo da história da humanidade, tem sido tratada como uma questão banal, vivida no âmbito do espaço privado. Pesquisa realizada anteriormente com o apoio da Fapergs, enfocando a rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica evidenciou que os serviços para homens agressores são praticamente inexistentes, sendo estes uma das demandas das mulheres. Por medo, por solidão, falta de informação, falta de segurança e de condições mínimas de vida, muitas vezes, as mulheres se calam, sujeitando-se a submissão. A maioria delas não deseja romper o relacionamento, mas deseja romper com a violência em suas vidas. Este estudo teve como objetivo identificar os tipos de programas oferecidos para homens que praticam violência conjugal e de que forma estão contribuindo para o enfrentamento da violência de gênero. Através de uma metodologia de pesquisa qualitativa, também conhecida como "interpretativa", "contextual" ou "naturalística" (Lincoln e Guba, 1985), analisamos a experiência de homens que participam de grupos de reabilitação e sua experiência vivenciada com a violência dentro do seu contexto social (Denzin e Lincoln, 1994). Os sujeitos da pesquisa foram profissionais vinculados a esse atendimento e os homens que praticaram violência conjugal e freqüentaram ou estão freqüentando grupos de reabilitação. Os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados no estudo são entrevistas semi-estruturadas, sendo que os sujeitos da pesquisa determinam em parte o modo como a entrevista irá ser conduzida. Os dados foram posteriormente categorizados e submetidos à análise de conteúdo de Bardin e articulado com os referenciais teóricos críticos do feminismo e das teorias de gênero. A identificação desses programas de reabilitação para agressores e as possibilidades e limitações no atendimento é fundamental para que possam ser desenvolvidas políticas públicas eficazes no enfrentamento da violência de gênero. (Fapergs).